Criado pela Lei Municipal de Assistência Social de nº 262, de 14 de dezembro de 1995, alterada pela Lei de nº 1023, de 12 de agosto de 2005.

Resolução Nº 120/2025

Dispõe sobre a Aprovação a Aprovação do Plano de Contingência da Assistência Social do Município de Capivari de Baixo – SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, criado pela Lei Municipal nº 262 de 14 de dezembro de 1995, revogada pela Lei nº 1023/2005 de 12 de agosto de 2005, órgão permanente, paritário consultivo, deliberativo, formulador e controlador, é um colegiado de caráter propositivo e deliberativo, constituído por representação paritária entre governo e sociedade civil, com funcionamento permanente em âmbito municipal, vinculado à Secretaria de Assistência Social, órgão da Administração Pública Municipal de Capivari de Baixo/SC, responsável pela coordenação da política municipal de Assistência Social.

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 8742 de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 262/95 de 14 de dezembro de 1995, Lei nº 1023/2005 de 12 de agosto de 2005 e suas alterações;

CONSIDERANDO as atribuições da Comissão de Normas e Documentos, enumeradas no Regimento Interno deste Conselho de 17 de agosto de 2021;

CONSIDERANDO: A ata nº 323 de 17 de dezembro de 2025.

RESOLVE:

CMAS
CONSELHO MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CAPIVARI DE BAIXO - SC

Artigo 1º - Aprovar o Plano de Contingência da Assistência Social, do município de Capivari de Baixo. (Conforme documento em anexo).

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capivari de Baixo, 17 de dezembro de 2025.

Samira Goulart Joaquim
Presidente do Conselho Municipal da Assistência Social



PLANO DE CONTINGÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- EDITÁVEL -

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social de Santa Catarina

FECAM

COMITÊ TÉCNICO CIENTÍFICO

DEFESA CIVIL SANTA CATARINA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Plano de contingência da assistência social [livro eletrônico] : ativação das estruturas de assistência social em situações de eventos adversos / [coordenação Regina Panceri, Vânia Fátima Guareski Souto]. -- Florianópolis : Fundec : Defesa Civil de Santa Catarina - DCSC, 2022.
PDF

Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-88345-11-5

1. Assistência social - Santa Catarina (Estado) 2. Assistência social - Santa Catarina (Estado) - Políticas públicas 4. Gestão de riscos 5. Plano de contingência 6. Santa Catarina (Estado) - Política governamental I. Panceri, Regina. II. Souto, Vânia Fátima Guareski.

22-117176 CDD-361.3098164

Índices para catálogo sistemático:

1. Santa Catarina : Estado : Plano de contingência : Assistência social : Serviço social 361.3098164

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

ISBN: 978-65-88345-11-5

9 786588 345115

EDITÁVEL

PLANO DE CONTINGÊNCIA ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANCON ASSISTÊNCIA SOCIAL

editável

Ativação das estruturas de Assistência Social em situações de eventos adversos

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Nome da Instituição/Secretaria

Versão Atual: 1.0 (1.0) Data da Publicação: 09 / 10 /2022

CAPIVARI DE BAIXO

Município

~~Maio de 2022~~

Este Plano de Contingência foi construído com base no Modelo do Plano de Contingência da Educação para a COVID 19, PlanCon-Edu/COVID-19, elaborado e aprovado no âmbito do Comitê Técnico Científico da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina.

Governador do Estado de Santa Catarina
Carlos Moisés da Silva

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social
João Batista Costa

Secretário-Chefe da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina
David Christian Busarello

Diretor de Gestão de Educação
Alexandre Corrêa Dutra

Presidente FECAM
Jorge Luiz Koch

Equipe elaboração Modelo de Plano de Contingência AS:

Amanda Cristina Pires - Universidade do Estado de Santa Catarina/CCT - (UDESC/CTC)
Antonia Benedita Teixeira - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/CTC)
Caroline Margarida - Defesa Civil do Estado de Santa Catarina/CTC (DCSC/CTC)
Cleonice Maria Beppler - Instituto Federal Catarinense/Campus Camboriu/CTC (IFC/CTC)
Francisco Costa - Universidade do Minho/CTC (UMinho/CTC)
Gabriella Dornelles - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (DIAS/SDS)
Gladis Helena da Silva - Defesa Civil do Estado de Santa Catarina/CTC (DCSC/CTC)
Janice Merigo - Federação Catarinense de Municípios (FECAM)
Jaqueline Muller - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (DIAS/SDS)
Jozadake Petry Fausto - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Lauro Francisco dos Santos - Associação de Municípios da Região Serrana (AMURES/CISAMA)
Letícia Guimarães Braz - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (DIAS/SDS)
Luciano Peri - Defesa Civil do Estado de Santa Catarina (DCSC)
Maíra Ribeiro - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (DIAS/SDS)
Maria de Fátima Goulart Flores Chioca - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (DIAS/SDS)
Mário Jorge Cardoso de Freitas - Associação Brasileira de Pesquisadores em RRD - (ABP-RRD/CTC)
Nayara Costa Brito - Associação dos Municípios do Vale Europeu (AMVE)
Neusa Poleto Pucci - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC)
Regina Panceri - Defesa Civil do Estado de Santa Catarina/CTC (DCSC/CTC)
Renata da Silva - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (DIAS/SDS)
Rodrigo Nery e Costa - Defesa Civil do Estado de Santa Catarina/CTC (DCSC)
Rosangela Paulino Alexandrino - Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC)
Sabrina Moraes - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (DIAS/SDS)
Vanessa Scoz Oliveira - Defesa Civil do Estado de Santa Catarina/CTC (DCSC/CTC)
Vânia Fátima Guareski Souto - Associação dos Municípios da Grande Florianópolis (GranFpolis)

Projeto gráfico e diagramação:

Elisa Motta - Defesa Civil de Santa Catarina

Revisão Gramatical:

Maria Hermínia Schenkel - Defesa Civil de Santa Catarina

Plano de contingência aplicável a

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Secretaria

Equipe responsável pela elaboração e implementação do plano:

Prefeito Municipal

Cláudir Antônio Bitencourt

Secretário (a)

Vilmar Batista Cardoso

Assistência Social

Thayse dos Santos Izidro

Proteção e Defesa Civil Municipal

Adilson da Silva Pacheco

Saúde

Sérgio Fernando Domingos Arent

Educação

Magali Pickler

Membros da equipe:

Sumário

1. INTRODUÇÃO 7

2. PÚBLICO-ALVO 9

3. OBJETIVOS 9

3.1 OBJETIVO GERAL 9
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 9

4. DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO E CENÁRIOS DE RISCO 10

4.1 AMEAÇA (S) 11
4.2 VULNERABILIDADES 12
4.3 CAPACIDADES INSTALADAS/ A INSTALAR 12

5. CICLOS DE GESTÃO E FASES MOBILIZAÇÃO/AÇÃO 13

6. GOVERNANÇA E OPERACIONALIZAÇÃO DA RESPOSTA 18

6.1 DIRETRIZES, DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS (DAOP) 18

6.2 UNIDADE DE GESTÃO OPERACIONAL - UGO (COORDENAÇÃO DE CRISE) 23

6.3 SISTEMA DE VIGILÂNCIA E COMUNICAÇÃO (SISTEMA DE ALERTA) 24

6.3.1 Dispositivos Principais 24
6.3.2. Acompanhamento e Avaliação 25

1. INTRODUÇÃO

O papel da Assistência Social no contexto das emergências envolve um conjunto de ações antes, durante e após uma emergência e, também, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Os eixos estratégicos para as situações de Emergência são: Gestão Legal, Administrativa e Orçamentária; Vigilância Social; Trabalho Social com Famílias e Indivíduos; Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda; Acolhimento; Articulação e Intersetorialidade. (Informe CNAS nº1/2021).

Ao longo dos anos, o SUAS tem sido chamado a atuar em diferentes contextos de emergência, sendo que na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, estabelecido na Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, foi criado o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências. Esse serviço tem a missão de promover o apoio e a proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, assegurando a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial, para minimizar os danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas.

A diversidade de eventos hidrológicos, geológicos, climáticos e meteorológicos que atingem Santa Catarina, gerando diversas situações de emergência, exigem um esforço cada vez mais estruturado da Política de Assistência Social para o atendimento rápido, eficaz e eficiente de um número crescente de famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco. Isso impacta diretamente no acréscimo de demandas por serviços e benefícios, nas seguranças de apoio e auxílio e nas seguranças de renda e de acolhida.

Essas emergências exigem da Assistência Social ações de atendimento da população afetada com a oferta de serviços de proteção social básica e especial e garantia de direitos fundamentais necessários à sobrevivência durante e após a situação de emergência. Dessa forma, o trabalho socioassistencial desenvolvido com as famílias, comunidades e indivíduos ultrapassa a dimensão primeira do atendimento imediato nessas circunstâncias, devendo ir além e focando na garantia das seguranças socioassistenciais, a partir da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios nos territórios. O fato desses fenômenos envolverem o desencadeamento ou agravamento de situações de vulnerabilidade, riscos sociais e outras formas de violação de direitos, faz com que a resposta da Assistência Social repercuta em ações de ambas as proteções (básica e especial) e na totalidade de seus serviços, programas, projetos e benefícios (INFORME CNAS n.01/2021, p.29).

Considerando que o Sistema Único de Assistência Social não pode se eximir de sua responsabilidade nos contextos de eventos adversos e/ou desastres diversos e que, atuando junto a outras políticas e setores, deve resguardar a sua especificidade, bem como estabelecer as atribuições e as responsabilidades específicas dos gestores e trabalhadores municipais e estaduais, se julga fundamental e urgente estabelecer uma ferramenta de gestão de desastres (PlanCon) que prepare esses gestores e profissionais para a necessária agilidade quando da ocorrência de eventos adversos, fazendo conexões com os Planos Municipais de Contingência, o Plano Plurianual de Assistência Social e o PPA Municipal.

A Secretaria Municipal de Assistência Social é responsável pela garantia da proteção

social a quem dela precisar e pela promoção da cidadania, por meio da implementação do Sistema Único da Assistência Social. Desenvolve serviços, programas, projetos e ações de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, voltados para diferentes públicos: crianças e adolescentes, vítimas de violência e maus-tratos, idosos, pessoas com deficiência e população de rua. O órgão também responde pelo desenvolvimento das ações de Segurança Alimentar e Nutricional e pela Defesa Civil.

O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLANCON-PDC) é um instrumento de planejamento e preparação de resposta a eventos adversos de quaisquer tipos, previsto na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei n° 12.608/2012). No Plano registra-se as capacidades de enfrentamento, como, por exemplo, os recursos humanos a mobilizar (com responsáveis técnicos e legais), sendo público ou privado ou não governamental e os recursos materiais a utilizar. O Plano deve prever a instalação de uma coordenação operacional (gabinete ou sala de crise), incluindo questões de comunicação, protocolos operacionais para gestão do evento adverso/desastre de acordo com as ameaças, cenários de risco, níveis de risco/prontidão e definição das dinâmicas e ações táticas e operacionais a implementar em cada um desses níveis, quando da iminência ou ocorrência do evento adverso a que o(s) cenário(s) de risco(s) alude(m). Os planos de contingência deverão em princípio ser elaborados em fase de normalidade (antes da ocorrência do evento adverso), isto é, na preparação.

~~O/~~A Secretaria de Desenvolvimento Social , (~~nome da instituição/secretaria~~) face às constantes ameaças, e tendo em conta a sua responsabilidade perante à comunidade de usuários, elaborou o presente PLANO DE CONTINGÊNCIA (PLANCON-AS). O Plano está alinhado com as metodologias para elaboração de Planos de Contingência da Defesa Civil de Santa Catarina e as orientações nacionais e internacionais (SEDEC, Marco de Sendai, Diretrizes da Política de Assistência Social).

O Plano de Contingência da Assistência Social, a partir dos cenários de risco e das vulnerabilidades identificadas, define estratégias, ações e rotinas para o enfrentamento de eventos adversos, incluindo o retorno seguro das atividades administrativas e de convivência.

As ações que passam a ser demandadas por essa política pública são: reorganizar os serviços, programas, projetos e benefícios já executados, conforme marcos legais - LOAS, PNAS, NOB SUAS, NOB RH, Portarias do Ministério da Cidadania e da SDS/SC, Orientações da CNM, do CONGEMAS, da Frente Nacional em Defesa do SUAS e Orientação Técnica do Grupo de Apoio à Execução n. 17/2020 do MP/SC. (Orientações FECAM).

O conjunto de medidas e ações aqui apresentado deverá ser aplicado de modo articulado, em cada fase da evolução dos eventos adversos. Destaca-se, a importância do Plano ser elaborado de forma democrática, participativa e ser submetido a apreciação e aprovação pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, enquanto espaço de controle social. (Orientações FECAM).

2. PÚBLICO-ALVO

A população atendida pelos serviços e benefícios socioassistenciais são todos os cidadãos que dela precisam, o que pode ocasionar aumento significativo da demanda quando da ocorrência de desastres. Em especial, considera-se os grupos de populações mais vulneráveis que podem ser classificados em sete categorias e que em uma situação de emergência e calamidade podem ficar ainda mais vulneráveis. São eles:

1. Crianças;
2. Adolescentes;
3. Mulheres;
4. Idosos;
5. Pessoas com Deficiência ou que estejam passando por algum sofrimento mental;
6. ~~População de Rua;~~
7. Comunidade LGBT (Gays, Bissexuais, Lésbicas, Transexuais, Travestis).

Além dos grupos mencionados acima, considera-se ainda o chamado “grupo invisível”: são pessoas que não tem nenhum registro no cartório ou documentos (RG, CPF e Carteira de Trabalho). Além desses, podemos citar os moradores que vivem em áreas de risco e outras populações expostas a condições insalubres sem condições de acesso aos direitos básicos à saúde, à assistência e à seguridade social; grupos que estão em situações não-dominantes no Estado: remanescentes, ciganos, quilombolas e índios os quais possuem religião e culturas próprias que devem ser consideradas em casos de eventuais contingências.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Fortalecer os processos de governança dos serviços, programas, projetos e benefícios, definindo estratégias, ações e rotinas de atuação para o enfrentamento dos eventos adversos, buscando garantir a segurança da comunidade e das famílias, indivíduos e grupos no âmbito da proteção social básica, proteção de média e alta complexidade, integrando-se com outras políticas como a de proteção e defesa civil, saúde, educação e outras.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a. Atuar de forma intersetorial e promover integração da rede, com objetivo de agilizar e dar transparência aos processos quando ocorrem eventos adversos, garantindo os direitos básicos do cidadão;

b. Implementar as ações de resposta e recuperação, em cada fase, abrangendo todas as atividades dos serviços;

c. Identificar comunidades afetadas, orientando/encaminhando para que de imediato possam usufruir de apoio dos serviços de assistência social e por parte outros serviços,

evitando ou restringindo situações de vulnerabilidade;

d. Assegurar a continuidade da missão assistencial, estabelecendo estratégias e metodologias adaptadas, buscando inclusão, qualidade e equidade no atendimento dos usuários;

e. Garantir condições sanitárias, profissionais e tecnológicas compatíveis com o momento do desastre;

f. Garantir os benefícios eventuais, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;

g. Identificar os cenários de riscos (com base nas ameaças, território envolvido, vulnerabilidades e capacidades instaladas da instituição de assistência social);

h. Definir as dinâmicas e ações operacionais e adotar os protocolos operacionais específicos, abrangendo as atividades dos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados pela política de assistência social;

i. Estabelecer uma Unidade de Gestão Operacional que assegure a implementação das dinâmicas e ações definidas para as diferentes fases;

j Promover acesso à informação constante de boletins atualizados e outras fontes oficiais sobre a ocorrência de eventos adversos e formas de prevenção;

k. Garantir uma eficiente comunicação interna (com trabalhadores e gestores) e externa (com usuários, familiares, organizações fornecedores e população em geral);

l. Determinar quais recursos necessários para dar uma resposta efetiva e competente, adequada a cada fase de risco/prontidão associada ao evento adverso;

m. Monitorar e avaliar as ações/medidas implementadas, possibilitando ajustes nas estratégias frente aos resultados esperados.

4. DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO E CENÁRIOS DE RISCO

Sugestão de roteiro:

1. apresentação do município

2. dados gerais do município (breve, sem repetir o Plano de Assistência Social - PAS todo, mas para dar ao leitor deste plano um breve panorama do município)

3. vulnerabilidade social e público-alvo/prioritários, que em uma situação de emergência e calamidade podem ficar ainda mais vulneráveis (pessoa com deficiência / idosos / crianças / gestantes)

4. territórios mais vulneráveis

O município de Capivari De Baixo, localizado na Região Sul, possui as seguintes características:

O referido município possui uma população de 23.975 habitantes (Censo IBGE 2022) e apresenta características predominantemente urbanas, com pequenas áreas rurais em seu território. O município é composto por 11 bairros, entre os quais se destacam Santo André, Paraíso e Ilhotinha, reconhecidos como áreas de risco devido à suscetibilidade a inundações, movimentação de rochas e presença de bacia de óleo.
O território municipal apresenta nível moderado de desemprego, porém observa-se um

4.1 AMEAÇA (S)

As principais ameaças que o plano de contingência visa dar resposta são:

- de **origem natural**: **geológico** (deslizamentos, movimentos de massa), **hidrológico** (inundação, enxurrada, alagamento), **meteorológica** (chuva intensa, vendaval, granizo, frio intenso, tempestade), **climatológica** (seca, estiagem, incêndios florestais), **biológica** (vírus e bactérias);

- **tecnológicas**: (incêndios em conglomerados urbanos, vazamentos de produtos perigosos);

- **sociais:** (greves gerais, atos terroristas, crises humanitárias, refugiados, imigrantes, etc).

As ameaças naturais estão presentes com maior frequência e com magnitude e intensidade cada vez maiores, por isso é preciso perceber todos os riscos. No Estado de SC, os eventos com maior recorrência são apresentados na figura abaixo.

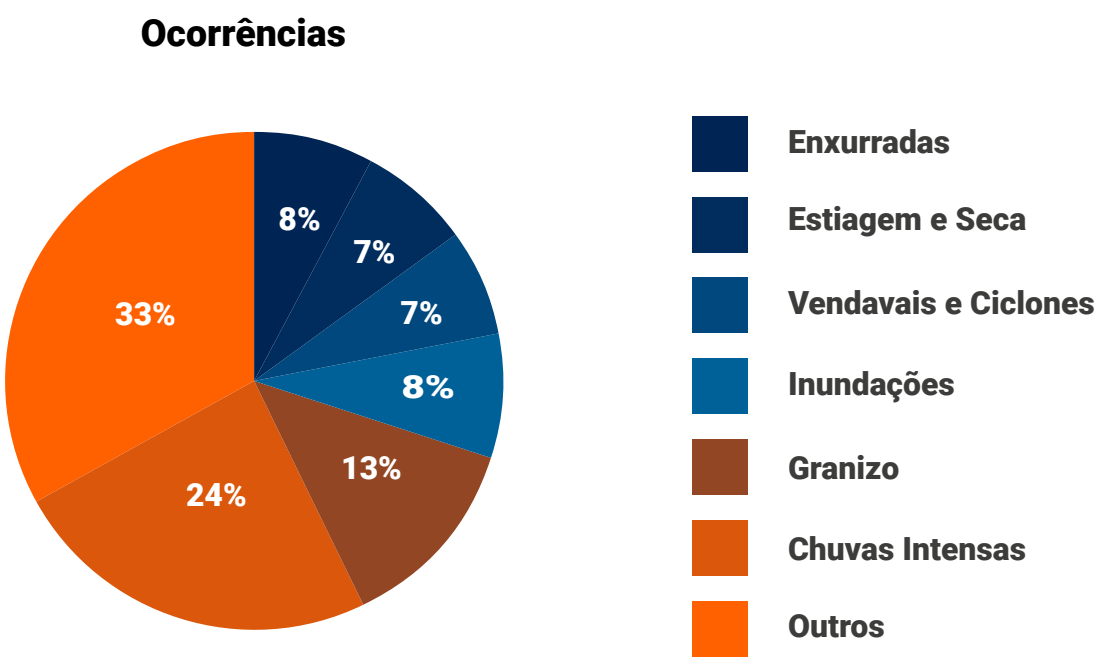


Gráfico - Percentual dos desastres naturais mais recorrentes no Estado de Santa Catarina, no período de 1991 a 2021. Fonte: Organização adaptado de Atlas Digital (2022).

Essas ameaças somadas as vulnerabilidades e ausência de capacidades de enfrentamentos podem gerar crises sem precedentes e tornar um evento adverso em desastre.

4.2 VULNERABILIDADES

~~O/~~A Secretaria de Desenvolvimento Social (~~nome da instituição/secretaria~~) toma em consideração as seguintes vulnerabilidades, na definição de seu cenário de risco.

OBS: Sugestões encontram-se no Caderno de Apoio

Digite aqui as suas vulnerabilidades:

Presença de áreas suscetíveis a enchentes e deslizamentos; Concentração de famílias em situação de extrema pobreza e insegurança alimentar; Aumento dos casos de violação de direitos, especialmente contra idosos, crianças e mulheres; Fragilidade nos vínculos familiares e sociais, com alta demanda por serviços de proteção social básica e especial; Deficiência de infraestrutura em alguns territórios, dificultando o acesso a serviços essenciais; Vulnerabilidade da população idosa e de pessoas com deficiência em situação de negligência ou abandono;Ocorrência de eventos climáticos extremos com impactos diretos sobre populações vulneráveis; Necessidade constante de articulação intersetorial com Defesa Civil, Saúde.

4.3 CAPACIDADES INSTALADAS/ A INSTALAR

O(a) Secretaria de Desenvolvimento Social (nome da instituição/secretaria) considera já ter instaladas e a instalar as seguintes capacidades:

Capacidades Técnicas e Operacionais ou técnico-científicas

1. Capacidades Gerenciais ou de Gestão
2. Capacidades Institucionais e Interinstitucionais
3. Capacidades de Comunicação ou comunicacionais e expressivas
4. Capacidades Comportamentais

OBS: Exemplos encontram-se no Caderno de Apoio.

Digite abaixo de cada item as suas capacidades instaladas:

1. Capacidades Gerenciais ou de Gestão:
Estrutura organizacional consolidada da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, com coordenações específicas para a Proteção Social Básica, Especial e Alta Complexidade; Planejamento orçamentário próprio via Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);
Capacidade de articulação com o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS para planejamento, deliberação e controle social das ações;

Capacidades a instalar

1. Capacidades Técnicas e Operacionais ou técnico-científicas
2. Capacidades Gerenciais ou de Gestão
3. Capacidades Institucionais e Interinstitucionais
4. Capacidades de Comunicação ou comunicacionais e expressivas
5. Capacidades Comportamentais

OBS: Exemplos encontram-se no Caderno de Apoio.

Digite abaixo de cada item as suas capacidades a instalar:

1.Capacidades Técnicas e Operacionais ou Técnico-Científicas
Formação continuada das equipes da Proteção Social Básica e Especial para atuação em situações de emergência e desastres;
Elaboração e atualização permanente de protocolos de atendimento emergencial;
Implantação de instrumentos de georreferenciamento e mapas de risco sociais integrados aos dados da Defesa Civil;
Criação de banco de dados integrado com informações atualizadas em tempo real.
2. Capacidades Gerenciais ou de Gestão
Fortalecimento da coordenação intersetorial para gestão de crises (Assistência Social, Saúde, Educação, Defesa Civil, etc.);

5. CICLOS DE GESTÃO E FASES MOBILIZAÇÃO/AÇÃO

Este plano de contingência vincula-se aos níveis de mobilização/ação definidos no Quadro 1, que estão baseados nos ciclos de gestão de riscos e de desastres: Prevenção, Mitigação, Preparação, Resposta e Recuperação, nos limiares críticos e nos níveis de mobilização por classes de dano da Defesa Civil de Santa Catarina e que implicam no acionamento das equipes, dos órgãos, ativação dos abrigos, entre outras ações.

Em **Nível Estadual**, o acionamento institucional contemplará a DCSC / SDS / FECAM.
Em **Nível Regional**, COREDEC / COLEGIADOS / ASSOC MUNIC.
Em **Nìvel Municipal**, Secretaria de Assistência Social, COMPDECs.

De acordo com a seguinte classificação:

Cód 0 -	**Nível Verde -**	NORMALIDADE
Cód 1 -	**Nível Amarelo -**	NOTIFICAÇÃO
Cód 2 -	**Nível Laranja -**	CONVOCAÇÃO
Cód 3 -	**Nível Vermelho -**	MOBILIZAÇÃO
Cód 4 -	**Nível Azul -**	RECUPERAÇÃO

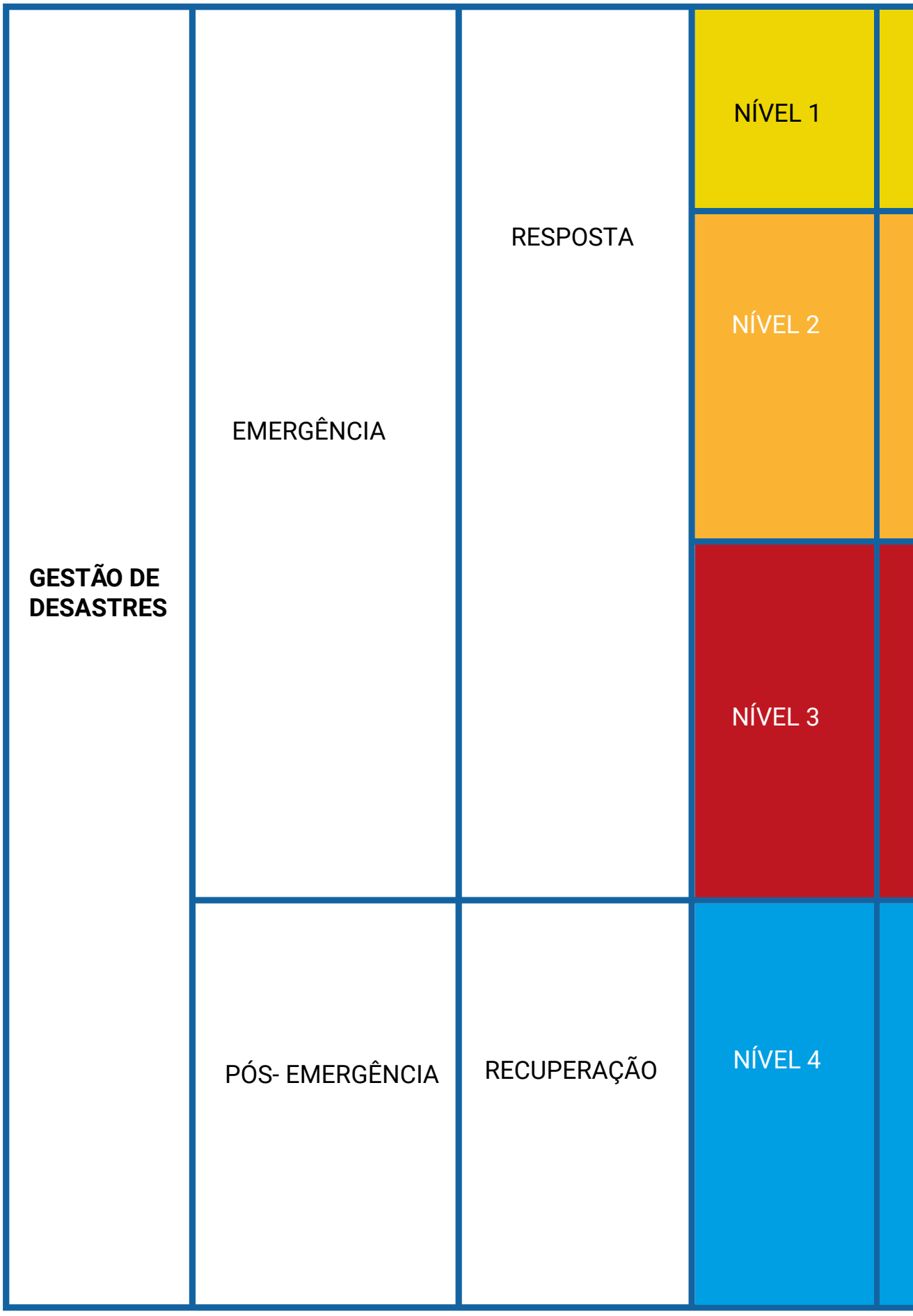
Quadro 1. Níveis de prontidão/ação a considerar no PLACON-AS para eventos adversos

Fonte: Quadro baseado no Protocolo de Atuação Conjunta para Mobilização para Resposta a Desastres - PAC.004.MOBIL da DCSC, 2019 e MINISTÉRIO DA CIDADANIA, Secretaria Especial do Desenvolvimento

CICLOS DE GESTÃO	EMERGÊNCIA	FASES	NÍVEIS
GESTÃO DE RISCO	PRÉ- EMERGÊNCIA NORMALIDADE	PREVENÇÃO	NÍVEL 0
		MITIGAÇÃO	
		PREPARAÇÃO	

Social, Secretaria Nacional de Assistência Social. Diretrizes para a atuação da Política de Assistência Social em contextos de Emergência Socioassistencial (versão preliminar). Brasília, outubro de 2020.

CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS DA ATUAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Classificação utilizada nos períodos de normalidade, nos quais os serviços encontram-se funcionando permanentemente, com foco nos trabalhos de prevenção, mitigação e preparação, analisando riscos e realizando trabalhos de proteção, monitoramento de riscos e treinamento de pessoal.	Apoio técnico rotineiro, elaboração de publicações sobre o tema, estudar e participar de grupos de discussão sobre a gestão de riscos.
	Informar as autoridades competentes quando são identificados pelas famílias que estão em situação de risco, realizar o trabalho social com famílias que são retiradas preventivamente de suas casas.
	Participar da elaboração dos planos de contingência, preparar fluxos de trabalho para serem executados durante a emergência, discutir sobre quais espaços poderão ser usados no caso de um desastre, treinar equipes para trabalho de campo, participar de simulados, mapear as famílias em áreas de risco.


GESTÃO DE DESASTRES
EMERGÊNCIA
PÓS- EMERGÊNCIA
RESPOSTA
RECUPERAÇÃO
NÍVEL 1
NÍVEL 2
NÍVEL 3
NÍVEL 4

Utilizado para emergências locais, normalmente atendidas pelos serviços públicos de emergência, ocorrências de rotina. Cabe a AS ações de acompanhamento da situação, conforme características dos danos e tipologia do desastre.	Informar e notificar os gestores quanto aos potenciais danos esperados e adotar medidas de pré-impacto.
Utilizado para emergências maiores, em função do dano, maior complexidade, extensão ou duração, em que a AS precisa mobilizar profissionais dos diferentes serviços para atuarem como elementos de ligação, no planejamento e resposta aos desastres de forma integrada.	Acionar e integrar os Planos de Emergência. Acionar a rede socioassistencial e demais políticas públicas e organizações da sociedade civil parceiras. Ativar a abertura de alojamentos provisórios, abrigos e refúgios.
Utilizado para emergências de grande repercussão, nos quais a AS precisa mobilizar profissionais, recursos operacionais e logísticos dos órgãos governamentais para atuarem de forma conjunta e integrada, mediante planos de ação específicos para cada demanda. Essa classificação exige normalmente a mobilização integral dos órgãos parceiros, os quais continuam sendo acionados de acordo com as necessidades próprias da emergência.	Aplicar o Formulário Nacional de Emergências. Organizar a concessão e entrega de benefícios eventuais. Intensificar as ações do trabalho social com famílias.
As ações de recuperação são aquelas de caráter definitivo e de atendimento coletivo, destinadas a reconstruir o cenário afetado pelo desastre. Incluem a restauração e o melhoramento, se necessários, das plantas, estruturas, instalações, meios de sustento e das condições de vida das comunidades afetadas pelos desastres, mediante realocação da população atingida, políticas públicas de habitação e urbanização, recuperação de áreas degradadas e reconstrução de infraestrutura pública.	Restabelecer as atividades rotineiras dos equipamentos, apoiar indivíduos e famílias ao retorno de suas rotinas diárias e na construção de novos projetos de vida

6. GOVERNANÇA E OPERACIONALIZAÇÃO DA RESPOSTA

A gestão de uma situação de crise exige um ajuste na governança, ou seja, nos processos de governar nesse tempo de crise. Referimo-nos, em especial, à interação e tomada de decisão entre os atores envolvidos no problema coletivo, acompanhada da criação, reforço e/ou remodelação de diretrizes e normas e implementação de ações adequadas.

Na governança, diretamente relacionada com a operacionalização das dinâmicas e ações operacionais de resposta, salientam-se três domínios fundamentais:

a. Das diretrizes, dinâmicas e ações operacionais (e respectivos protocolos) a implementar;

b. Unidade de Gestão Operacional, propriamente dita, diferenciada do "normal" sistema e processo de governo, mas com ele interligado e que se torna necessário constituir para coordenar toda a implementação a eventuais ajustes do plano, indicando equipe e responsável em cada domínio;

c. Sistema de Alerta e Alarme, incluindo as dinâmicas de comunicação e os processos de monitoramento e avaliação, que permitem identificar os eventuais ajustes que se tornam necessários implementar.

6.1 DIRETRIZES, DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS (DAOP)

As diretrizes, dinâmicas e ações operacionais a serem implementadas encontram-se indicadas na sequência.

No planejamento da implementação das diretrizes, dinâmicas e ações sugere-se que seja usada, como referência, a ferramenta de qualidade 5W2H. Os 5 W (das iniciais do nome em inglês) são: W1) porque será feito; W2) o que será feito; W3) onde será feito: W4) quando será feito: W5) quem o fará. Os dois H: H1) como será feito; H2) quanto custará.

Os quadros sínteses que seguem, resumem as principais dinâmicas e sugestões de ações que podem ser realizadas alinhadas às diretrizes nacionais e aos eixos de gestão legal, administrativa e orçamentária, vigilância socioassistencial, trabalho social com famílias e indivíduos, benefícios socioassistenciais e transferência de renda, acolhimento, articulação e intersetorialidade.

Quadro 2: Plano de Ações fases PREVENÇÃO, MITIGAÇÃO E PREPARAÇÃO

PREVENÇÃO, MITIGAÇÃO E PREPARAÇÃO					
O quê (ação) (W2)	Onde (W3)	Quando (W4)	Quem (W5)	Como (H1)	Quanto (H2)
Atualizar o Cadastro Único das famílias em áreas de risco;	Secretaria de Desenvolvimento Social	Mensalmente conforme demanda	Importante definir responsabilidades: Estadual (E), Regional (R) ou Municipal (M) CRAS e Equipe de campo do	Visitas domiciliares + sistema do CadÚnico	Recursos humanos já existentes + combustível para deslocamento
Elaborar mapas de risco sociais com base nos dados da Defesa Civil	Territórios com maior vulnerabilidade	Até novembro de 2025	Vigilância Socioassistencial + Defesa Civil Municipal	Cruzamento de dados georreferenciados (SUAS + Defesa Civil)	Software livre e equipe técnica existente
Capacitar a equipe do SUAS para atendimento em situações de emergência	Sede da Secretaria de Assistência Social	Semestral	Coordenação da SMAS + parceria com Defesa Civil Estadual	Oficinas, seminários e simulações práticas	Até R$ 5.000 por ciclo
Criar protocolo intersetorial de resposta imediata a desastres	Gabinete da Prefeitura + SMAS + Secretaria de Saúde + Defesa Civil	2º semestre de 2025	Comitê de Gestão de Riscos do Município	Reuniões técnicas + elaboração do documento	Tempo técnico
Realizar campanhas de prevenção e autoproteção com a população.	CRAS, escolas, rádios locais e redes sociais	Antes do período de chuvas	CRAS + Comunicação da Prefeitura	Cartilhas, vídeos, rodas de conversa, posts.	Até R$ 2.000 anuais
Organizar e estruturar os espaços oficiais designados para acolhimento emergencial, garantindo condições	As sugestões são: Ginásio de Esportes João Izidoro de Souza; CEACA			Adequação dos espaços com colchões, kits de higiene, alimentação,	

OBS: Exemplos encontram-se no Caderno de Apoio.

Quadro 3: Plano da fase RESPOSTA

RESPOSTA					
O quê (ação) (W2)	Onde (W3)	Quando (W4)	Quem (W5)	Como (H1)	Quanto (H2)
Mapear áreas de risco e famílias vulneráveis	Territórios atendidos pelo CRAS e CREAS	Antes do período de chuvas / início da vigência do plano	SMDS, CRAS, CREAS, Defesa Civil	Visitas técnicas, cruzamento de dados do Cadastro Único.	Recursos humanos da rede, logística de campo
Realizar campanhas educativas sobre riscos e prevenção	Comunidades locais, escolas, redes sociais	Campanhas trimestrais	SMDS, CRAS, Escolas, OSCs	Palestras, panfletagem, redes sociais, grupos de WhatsApp	Materiais gráficos e digitais (custo estimado: R$ 2.000/campanha)
Capacitar equipes do SUAS para atuação em calamidades	Sede da SMDS / Online	Quando disponível	Gestão do SUAS, Comitê de Crise	Oficinas, formações continuadas, parceria com Defesa Civil e Saúde	Até R$ 5.000 por capacitação (FMAS / parcerias)
Articular protocolos com Defesa Civil e demais políticas públicas	Reuniões intersetoriais (SMDS, Saúde, Educação, Habitação)	Mensalmente / em períodos de alerta	Comitê de Crise, Gestão da SMDS	Reuniões, fluxos intersetoriais, planos integrados	Sem custos adicionais diretos; uso da estrutura pública
Constituir e manter Comitê de Crise instituído por decreto	Sede da SMDS / Online	Instituído em 2025 e mantido ativo até o fim da vigência	Representantes da SMDS, CRAS, CREAS, CMAS, OSCs	Nomeações oficiais, atas, cronograma de reuniões e atribuições definidas	Custo de participação administrativa e técnica (incluso na estrutura da
Revisar e manter atualizado o plano de contingência	SMDS / Comitê de Crise	A cada 6 meses ou após eventos críticos	Comitê de Crise, CMAS	Reuniões, relatórios de avaliação, consulta pública quando	Custo administrativo; uso de equipe técnica
Organizar espaços para acolhimento emergencial	Escolas, ginásios, OSCs com estrutura física	Antes de eventos críticos (ex: alagamentos)	SMDS, Defesa Civil, OSCs	Levantamento da capacidade de abrigamento,	Custo variável com estrutura (ex: colchões, alimentação,

OBS: Exemplos encontram-se no Caderno de Apoio.

Quadro 4: Plano de Ações fase RECUPERAÇÃO

RECUPERAÇÃO					
O quê (ação) (W2)	Onde (W3)	Quando (W4)	Quem (W5)	Como (H1)	Quanto (H2)
Reestruturar os serviços socioassistenciais afetados (CRAS, CREAS, abrigos)	Unidades danificadas ou interditadas	Após controle da emergência	SMAS, Obras, Defesa Civil	Vistoria técnica, laudo estrutural, plano de reforma	Recursos próprios, estaduais e federais
Atualizar o diagnóstico socioassistencial dos territórios afetados	CRAS e áreas impactadas	Até 60 dias após o fim da calamidade	Equipes CRAS/CREAS	Entrevistas, visitas, dados do CadÚnico	Recursos humanos da rede
Retomar gradualmente os atendimentos presenciais	Serviços da rede socioassistenc ial	Conforme viabilidade física e sanitária	Coordenações de serviço	Avaliação técnica e cronograma progressivo	Baixo custo; uso de pessoal existente
Oferecer apoio psicossocial às famílias afetadas e trabalhadores	CRAS, abrigos e comunidades	Imediatament e após evento crítico	Psicólogos e assistentes sociais	Atendimento individual/grup o, escuta qualificada	Recursos do FMAS ou parceria com CAPS/educaçã o
Avaliar danos materiais e financeiros sofridos pelas famílias	Territórios afetados	Durante a fase de recuperação	SMAS, Defesa Civil, CMAS	Instrumento de mapeamento e relatório técnico	Logística e equipe técnica
Revisar o Plano Municipal de Assistência Social à luz dos novos cenários	Sede da SMAS e CMAS	Após o encerrament o da resposta	GT de Planejamento e CMAS	Oficinas internas, reuniões extraordinárias	Horas técnicas da equipe
Mobilizar recursos de cofinanciamento e parcerias para reestruturação	Secretaria, conselhos e rede Comunidade e	Ao longo da recuperação	Gestão do SUAS e CMAS SMAS, comunicação	Elaboração de projetos e ofícios Campanhas	Conforme edital ou fundo disponível

OBS: Exemplos encontram-se no Caderno de Apoio.

Quadro 5: Plano de Ações COMUNICAÇÃO e INFORMAÇÃO

COMUNICAÇÃO e INFORMAÇÃO					
O quê (ação) (W2)	Onde (W3)	Quando (W4)	Quem (W5)	Como (H1)	Quanto (H2)
Elaborar plano de comunicação emergencial da assistência social	SMAS e núcleos de atendimento	Imediatamente e após a decretação da emergência	Coordenação da Proteção Social e Comunicação	Reuniões estratégicas, fluxos de informação	Recursos internos
Criar boletins informativos sobre serviços e benefícios disponíveis	Canais oficiais (site, redes sociais, rádios)	Durante e após a calamidade	Assessoria de comunicação e técnicos do SUAS	Produção textual e visual, linguagem acessível	Custo gráfico/digital variável
Criar boletins informativos sobre serviços e benefícios disponíveis	CRAS, CREAS, abrigos, telefone e WhatsApp institucional	Durante todo o período da resposta	SMAS, Ouvidoria e Defesa Civil	Registro de demandas, encaminhamentos e retorno	Uso de estrutura existente
Implantar sistema de escuta e resposta à população	Comunidades afetadas, CRAS, escolas	Durante e após calamidade	Defesa civil	Convites, organização de espaço e facilitadores	Recursos humanos e materiais básicos
Promover rodas de conversa e escutas comunitárias	Instituições, serviços e conselhos	De forma contínua	Defesa civil	Reuniões periódicas, comunicados oficiais, visitas as escolas	Infraestrutura administrativa da SMAS.
Garantir informação clara e tempestiva à rede socioassistencial	Comunidade e escolas	Durante e após emergência	Técnicos da SMAS e comunicação	Cartilhas, vídeos, banners	Custos de produção gráfica
Capacitar equipes para comunicação em situações de emergência	CRAS, CREAS e rede de acolhimento	Durante a fase de preparação	SMAS e coordenação de capacitações	Oficinas e formações com especialistas	Custo com facilitadores ou parcerias

OBS: Exemplos encontram-se no Caderno de Apoio.

6.2 UNIDADE DE GESTÃO OPERACIONAL - UGO (COORDENAÇÃO DE CRISE)

O(a) Secretaria de Desenvolvimento Social (nome da instituição/ secretaria) adotou a seguinte estrutura de gestão operacional.

POSSÍVEIS FUNÇÕES PARA COORDENAÇÃO DE DESASTRES:

- Quem Representa a AS no Sistema de Comando Operacional (SCO)
- Quem coordena o abrigo
- Quem atua na logística humanitária
- Quem atua na assistência psicossocial
- Quem realiza levantamentos e relatórios para Fide/S2ID
- Quem coordena as campanhas e doações
- Quem coordena o abastecimento de alimentos/materiais para famílias desalojadas, etc.

Insira no quadro 7 os dados condizentes com seu UGO

Quadro 7: Unidade de Gestão Operacional

NOME	FUNÇÃO	CONTATO	ÁREA/SETOR
Debora Cristina de Medeiros	Representante da Assistência Social	(48) 99902-4662	CREAS
Varínea M Patricio	Coordenação dos abrigos temporários	(48) 99190-4499	Proteção Social Especial
Fernanda Francioni	Referência da assistência psicossocial	(48) 99918-3935	CRAS
Adilson Pacheco	Coordenação de campanhas e doações	(48) 99209-2161	Defesa Civil

Para a devida aplicação da metodologia proposta, cada uma das caixas no organograma deve ser devidamente nominada (responsável) e identificada com telefone, e-mail, whatsapp da pessoa com poder de decisão. Para facilitar a utilização e visibilidade pode-se criar um mural para comunicações, avisos, indicação dos responsáveis e contatos de emergência.

6.3 SISTEMA DE VIGILÂNCIA E COMUNICAÇÃO (SISTEMA DE ALERTA)

6.3.1 Dispositivos Principais

O sistema de monitoramento e alerta está organizado em torno de cinco (5) níveis principais de vigilância e comunicação, considerando às ações de preparação mais o grau de severidade:



Com base nesses níveis de alerta e referidos dispositivos procede-se um constante monitoramento das dinâmicas e ações implementadas e, se necessário, seu ajuste. No quadro abaixo apresenta-se como está organizado o sistema de vigilância e comunicação.

Quadro 6: Sistema de Vigilância e Comunicação

NOME	FUNÇÃO	CONTATO	DISPOSITIVO
Adilson Pacheco	Monitoramento de	(48) 99930-9743	Sistema de
Adilson Pacheco	Ativação em	(48) 99930-9743	Rádio e WhatsApp
Adilson Pacheco	Coordenação em	(48) 99930-9743	Telefone de
Adilson Pacheco	Gerenciamento de	(48) 99930-9743	Defesa Civil e S2ID

6.3.2. Acompanhamento e avaliação

Tendo em vista a imprevisibilidade da evolução dos eventos adversos, é fundamental o monitoramento constante do cenário de risco e das dinâmicas e ações operacionais adotadas, com avaliações de processos e resultados e constantes ajustes que se demonstrem necessários para manter o plano de contingência atualizado.

O registro das ações adotadas e das verificações realizadas é também importante para salvaguardar futuras questões legais. Os registros diários das atividades do serviço, das diferentes dinâmicas e ações (maior ou menor eficácia), de eventuais problemas detectados e de suas soluções, de questões que sejam necessárias resolver ou aspectos a alterar, devem ser colocados em relatórios.

Florianópolis
2022